
A GEOGRAFIA E A SOCIEDADE

Manuel Correia de Andrade

Prof. Dr. da Universidade Federal de Pernambuco
Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco

RESUMO: *Este trabalho objetiva uma análise da Geografia enquanto ciência social, dentro dos vários contextos filosóficos e históricos, analisando o contexto espacial e temporal em que se integram a sociedade e a natureza e a posição do geógrafo diante das crises sociais, das transformações mundiais e da ecologia. Analisa os problemas geo-político, geo-econômico e geo-social, as divergências étnicas que ressuscitam polêmicas sobre a questão nacional e as noções de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo.*

Palavras chaves: *ciência geográfica, relação sociedade/natureza*

ABSTRACT: *This article analyses Geography as a social science, through historical contexts and philosophical thoughts. It focuses time and spatial contexts in which society and nature interact and the geographer's view of social crisis, world changes and ecology. It analyses the geo-political, geo-economical and geo-social problems, the ethnic confrontations that bring back questions on national issues as well as the concept of first, second and third world.*

Key words: *geographical science, nature society relation*

1. COMPROMISSOS DA GEOGRAFIA COM A SOCIEDADE

Admitindo-se que a Geografia, em linhas gerais, seja a ciência ou o ramo do saber que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, é natural que se admita que a mesma e o geógrafo tenham compromissos maiores com a sociedade. Isto porque a sociedade atua sobre a natureza, transformando-a e possibilitando a formação de uma nova natureza, que não é idêntica à primitiva, mas que guarda algumas características da mesma aglutinadas a novas qualidades.

Quando se procura analisar as relações entre a sociedade e a natureza e a organização dela resultante observa-se que, da mesma forma que a natureza se reconstitui com outras características, a sociedade também vive em transformações constantes, em um processo que, embora guardando muito do primitivo, também apresenta novas características. A grande dificuldade para o geógrafo é analisar, de forma cartesiana, esses processos de transformações e de inter-relações. Dentro de um pensamento cartesiano, admitir-se-ia que haveria uma evolução linear em direção a um determinado ponto e que, atingido este, teríamos o produto do progresso,

isto é, a sociedade ideal controlando e explorando uma natureza de forma racional. Daí se admitir, no século XIX, que o progresso era uma meta a ser atingida, fossem quais fossem os sacrifícios.

A inexistência de uma estática nas relações sociedade/natureza dificulta que se possa estabelecer, de forma precisa, qual a definição e qual o objeto da Geografia como ciência. Daí haver tantas divergências entre os geógrafos quanto a esse objeto e a essa definição. Os romanos, muito pragmáticos, já afirmavam que "definitio periculosa est", fugindo a esquemas rígidos que seriam adotados a a partir do século XIX com a influência positivista, que procurou aglutinar os conhecimentos científicos em áreas delimitadas que formariam ciências autônomas. Como a natureza e a sociedade, profundamente dinâmicas, sempre se recusaram a ser colocadas em "camisas de força", surgiu a precariedade de delimitação do campo das várias ciências e a formação de escolas que agrupavam cientistas de origem e formação diversas.

Admitindo-se que a Geografia estude as relações sociedade/natureza, os geógrafos encaminharam as suas reflexões em direções diversas, ora influenciados pelos interesses de

seus países, ora de sua classe social e pela sua formação ideológica. Assim, para exemplificar, nos fins do século XIX e início do XX Frederico Ratzel, formado no espírito prussiano que lutava pela consolidação da unidade alemã, defendeu idéias ligadas ao estabelecimento de um espaço vital e analisou problemas ligados à instabilidade de fronteiras políticas e acesso aos oceanos (1). Já Vidal de la Blache, representando a França, que já consolidara o seu império colonial, preocupava-se sobretudo com os problemas regionais e com a análise dos gêneros de vida (2). Na mesma época Elisée Reclus, comprometido com o movimento anarquista, dirigia os seus estudos para problemas sociais como o da colonização e o das migrações urbanas, prevendo problemas que hoje afligem a humanidade, com o crescimento desordenado das cidades (3). Da mesma forma que três eminentes geógrafos europeus apresentavam, nos fins do século XIX e início do XX posições bem diversas sobre o objeto da Geografia e o papel a ser desempenhado pelos geógrafos, depreende-se que o problema continua e chega até nossos dias.

A Segunda Guerra Mundial provocou uma série de problemas tanto no mapa do mundo como na formação e nas aspirações da sociedade, fazendo com que houvesse uma perda de expressão das chamadas escolas nacionais de Geografia, substituídas por posicionamentos de escala internacional, ligados aos interesses de escolas ideológicas e das posições políticas.

Daí vemos como o após guerra deu margem a que se procurasse ultrapassar e até, para alguns, eliminar aquela Geografia descritiva e preocupada com um relacionamento mais íntimo do homem com a natureza, altamente influenciada pela Antropologia e ligada à discussão do determinismo e do ambientalismo, por uma Geografia com maior impacto filosófico e ligada a posições conservadoras de um lado ou revolucionárias de outro. Naturalmente que as conotações eram as mais diversas e o radicalismo era maior ou menor, conforme as posições e interesses de cada grupo; grupos néo-positivistas procuraram destruir e renegar toda a experiência geográfica, admitindo que geravam uma Geografia nova sem qualquer ligação com o passado e esqueciam os problemas mais delicados e difíceis de serem solucionados, em nome de um desenvolvimento completamente alienado. Por isso trocaram as observações de campo, a parte empírica e experimental da

Geografia por modelos matemático-estatísticos com variáveis uniformes para todo mundo e para todos os tempos. Como afastavam da reflexão as considerações sobre o meio ambiente e os impactos sociais do "desenvolvimento", eram agradáveis aos governos ditatoriais e autoritários, e dispuseram de verbas e de apoio para os seus estudos.

Fracassado o desenvolvimento capitalista que criou as condições de vida mais miseráveis no Terceiro Mundo, levantaram-se contra os quantitativistas os néo-marxistas que, influenciados pelo modelo e pela propaganda soviética, erigiram em categorias científicas uma série de denominações e leram por um viés positivista as obras de divulgadores de terceira linha do pensamento de Marx. Esqueciam que muitos dos **slogans** adotados foram elaborados em função de interesses imediatos de militantes políticos que se recusavam a ler criticamente a obra de Marx e nem sequer se deram ao trabalho de confrontar os textos de Lenin (4) com os de Karl Kaustky (5) e de Rosa de Luxemburgo (6) a respeito da Revolução Russa, que erigiu a "ditadura do proletariado" em dogma. Daí o socialismo real, essa caricatura de socialismo científico de Marx, que se esborroou nas mãos de Gorbachov nos dias atuais. E os geógrafos ditos marxistas chegaram até a tentar eliminar a natureza dos estudos geográficos, certamente porque não haviam lido a obra de Engels, companheiro e divulgador da obra de Marx (7). Lendo supostos marxistas, como Bung e Harvey, não se detiveram no estudo e análise do pensamento dos primeiros discípulos de Marx e nas obras fundamentais de Gramsci (8).

A grande tentativa de divulgação do pensamento marxista na Geografia, de mestres como Pierre George e Jean Tricart, de grande influência nos anos Cinquenta e Sessenta, quando usaram a práxis e trouxeram uma grande renovação ao pensamento geográfico, foi afastada pelos néo-positivistas dos anos Setenta e não foi recuperada pelos ditos néo-marxistas nos anos Oitenta.

No momento em que vivemos, em que a sociedade entra na maior crise da História, é necessário que se parta de algumas premissas para se compreender o quadro que se esboça ao estudioso, quando se discute a internacionalização da economia e, entre os conservadores, se procura "santificar" a empresa privada, ao mesmo tempo em que se procura apresentar propostas de

renovação geo-social com base em um ecologismo que contém muita realidade e também muita utopia. Parece até que, com a queda do socialismo real, por muitos confundido com o socialismo científico, desaparece uma utopia e a humanidade procura uma outra mais nova, a ecológica. Utopia ecológica que não pode ser executada em uma economia capitalista, como ficou demonstrado de forma muito concreta na posição dos Estados Unidos na ECO-92.

Assim, devemos chamar a atenção do geógrafo para os problemas ligados ao tempo e ao espaço. O tempo vem sendo analisado como se fosse uma sucessão linear que se divide em três etapas: passado, presente e futuro. Essas etapas são apenas cronológicas, de vez que as instituições e as relações existentes no passado permanecem, atuam no presente e se projetam no futuro. Assim, a um só tempo, a sociedade e a natureza vivem no presente também o passado, através dos requícios outrora dominantes, e as projeções no futuro. Em um momento histórico determinado a sociedade e a natureza ainda não se libertaram do que foi e já estão sendo preparadas para o que será. E a volta de uma visão dialética do processo é responsável pela surpresa de alguns estudiosos com a renovação do sentimento religioso e étnico em um momento histórico em que o mundo prepara e vive as grandes organizações políticas e econômicas em grande escala. Quando se admitia, nos anos Setenta e Oitenta, que os micro-estados existentes na Europa - Mônaco, Liechtenstein, Andorra - , e na Ásia - Sikkin etc. - eram reminiscências do feudalismo, surgiram dezenas de micro-estados-ilhas nas Antilhas e na Oceania. Quando se planeja a unificação da Europa ressurgem, graças ao sentimento nacionalista, pequenos estados como a Eslovênia, a Macedônia, etc. e há resistências à unidade nacional, como ocorre com os bascos, na Espanha. Tem-se, assim, que se analisar os problemas levando em conta as divergências, as disparidades, que coexistem com as convergências e com a unidade.

Quanto ao espaço, que tanto preocupou os geógrafos do século XIX e volta a se tornar tema altamente importante nos dias de hoje, é tão contraditório quanto o tempo. As modificações que ocorrem no espaço, transformando rapidamente as características regionais e locais, se fazem com grande rapidez. Os projetos de modernização, aplicados de forma acelerada para atender a

determinados grupos, têm trazido problemas de difícil solução, como a salinização de áreas de agricultura irrigada, o desmatamento visando a exploração extrativa vegetal e mineral e a conquista de terras para a agricultura, a construção de grandes cidades etc.

O geógrafo, ao desempenhar o seu papel de pesquisador e de estudioso, tem que estar convicto de que está analisando um processo e não um estágio, numa relação muito complexa em que a sociedade modifica a natureza, destrói a natureza primitiva ou a secundária visando atingir objetivos, e que a natureza destruída ou atacada tem uma grande capacidade de reagir, de se recompor, não para voltar ao estágio primitivo, mas para dar origem a um novo estágio que será continuamente atacado e recomposto.

Deve-se levar em conta que o geógrafo não é apenas um profissional mas sobretudo um cidadão, e como tal deve, dentro de seus padrões sociais e morais, procurar empregar o seu saber primordialmente na procura de soluções para a sociedade e, secundariamente, para a obtenção de seus interesses. Não achamos que a Geografia deva ser primordialmente ideológica, mas seria utópico querer retirar dela toda a participação ideológica que foi inculcada na formação do cientista. E a atividade como cientista não retira do geógrafo as idéias e preconceitos que ele adquiriu em sua vida e em sua formação.

2. CRISE DA SOCIEDADE OU CRISE DA GEOGRAFIA - O PROBLEMA DA EVOLUÇÃO

Um dos grandes problemas com que se defrontam os geógrafos preocupados com o social resulta das grandes transformações que se operam na ordem ou desordem mundial, após a queda do socialismo real e a crise do capitalismo, o que torna urgente uma série de transformações no mesmo. Assim, a PAX AMERICANA, que poderia parecer tranqüila com a queda do governo soviético, é imediatamente contestada pela ascensão econômica e política do Japão e pelas perturbações que ocorrem na Europa. Também aparecem novas forças de pressão com o ressurgimento da forma da religião organizada, o Islam na África e no Oriente Médio e a Ortodoxia na antiga URSS; a pressão dos grupos lingüísticos, bem acentuada na Bélgica; e o problema étnico. Tudo indica que a sociedade está em um processo acelerado de

mudanças que têm reflexos diretos na elaboração do saber geográfico.

Grande importância tem o movimento ecológico, preocupado com a destruição do planeta em consequência do uso indiscriminado de tecnologias predatórias que não só dilapidam os recursos como destroem recursos naturais indispensáveis. Tem-se que admitir que o movimento ecológico, formulado por certos grupos, apresenta-se quase como uma cruzada religiosa, quando chega a propor a formação de santuários ecológicos em grandes porções do Planeta. Por trás de algumas formulações mais exageradas estão também campanhas idealistas, divorciadas da realidade, e campanhas interesseiras formuladas por grupos econômicos internacionais que procuram manter certos recursos naturais como reservas para explorações futuras. No caso da Amazônia, há uma campanha feita por pessoas lúcidas que defendem uma exploração racional, não predatória, dos recursos e das populações indígenas e, por outro lado, grupos econômicos internacionais que se apossam de imensos latifúndios graças aos favores obtidos através de uma política neoliberal e de defesa da economia de mercado (9).

Não se pode deixar de reconhecer que as florestas tropicais do mundo estão sendo destruídas de forma irracional, trazendo impactos os mais nocivos sobre as condições climáticas e pedológicas. E o interesse pelas transformações sociais do mundo tropical naturalmente leva o geógrafo a refletir sobre problemas catalogados artificialmente como de Geografia Física, como o de variações climáticas, com repercussões em toda a superfície da Terra, como processo de escoamento das águas pluviais e sua consequência na aceleração da erosão nas encostas e no assoreamento dos rios, como o da lixiviação dos solos etc. A necessidade de visão do conjunto dessa problemática leva à unidade da visão geográfica - quer física, quer biológica, quer humana - e serve de freio ao movimento de alta especialização nos vários setores da Geografia Física e da Geografia Humana, dando origem a verdadeiras ciências independentes, como a Geomorfologia, a Climatologia, a Demografia, o Urbanismo etc., caminhando-se para a unidade do pensamento geográfico sem que se abandone a especialização.

Achamos que a preocupação com o meio ambiente, caracterizando em cada caso o relacionamento sociedade/natureza, contribuirá para fazer esquecer a velha querela entre o determinismo geográfico e o ambientalismo, que ocupou tanto espaço na literatura geográfica no último século. Também ela contribuirá para atenuar a tendência à aplicação de modelos em escala mundial, tentando explicar os fenômenos geográficos, passando-se para uma síntese em que se conciliará as formulações dos modelos gerais com a observação e a experimentação de campo. À tese e à antítese segue-se, naturalmente, a síntese, dentro das concepções filosóficas hegelianas (10). Não se pode voltar a uma Geografia meramente descritiva, preocupada com a interpretação de paisagens, mas também não se pode partir de formulações mentais para explicar como o homem explora e organiza a natureza.

E a observação da natureza leva à necessidade de explicar por que o espaço está organizado de uma forma em uma área e de outra em outra. Muitas vezes observam-se organizações especiais bem diversas em áreas com características físico-naturais semelhantes. A compreensão de uma organização que está em perpétuo processo de reorganização, das formas que apresenta e de seu conteúdo cultural leva o geógrafo e a Geografia a recorrerem ao conhecimento histórico, não apenas cronológico, mas sobretudo de suas implicações sociais e econômicas. Daí a necessidade de uma maior aproximação entre a Geografia e a História, porque para se explicar a organização atual do espaço, externada em grande parte na paisagem, é necessário que se encare, de forma dinâmica, duas grandes categorias - espaço e tempo - lembrando que Elisée Reclus já afirmava que "a geografia é a história do espaço enquanto a história é a geografia do tempo".

Daí haver o grande sábio francês escrito uma Geografia Universal (11) descrevendo e explicando o espaço terrestre e, em seguida, o livro fundamental ao conhecimento do seu pensamento, O Homem sobre a Terra (12), em que analisa a trajetória da humanidade desde a pré-história até o momento histórico em que vivia. Ele fazia, assim, sucessivamente, a abordagem horizontal e a vertical. Nesta linha de pensamento podem ser enquadrados historiadores e geógrafos famosos, como Fernando Blaudel (13), Pierre

Monbeig (14) e, no Brasil, Caio Prado Junior (15) e Roberto Freyre (16).

A análise geográfica, abandonando velhos preconceitos, volta a encarar o problema geopolítico, geo-econômico e geo-social, sendo o problema geo-político ligado à necessidade de revisão de fronteiras entre estados ou à constituição dos próprios estados. O sentimento nacional levou os estadistas da década dos Vinte a defenderem a necessidade de se criar estados nacionais, mas este princípio não foi respeitado em muitos casos, como o de povos eslavos que foram reunidos em um mesmo estado - casos da Tcheco e Slovaquia e da Iugoslávia -, de grupos nacionais que, apesar de comporem um estado, tiveram grande parte da população localizada em estados vizinhos - caso da Hungria -, de nacionalidades que foram divididas em dois ou três estados - curdos, ewes, etc. e de estados imperiais que se mantiveram multinacionais, como a União Soviética. Sabe-se também que em muitas áreas a população é constituída por pessoas de nacionalidades diferentes, como acontece na Bósnia-Herzegovina, com sérvios, croatas e muçulmanos, e no Cazaquistão, onde os russos são mais numerosos do que os casaques. Em várias das repúblicas ex-soviéticas o percentual de russos na população total é superior a 30%, o que facilita uma política russa de reabsorção de territórios hoje independentes. E há casos de indivíduos de raças diferentes que se combatem coexistindo no mesmo território, como o dos negros nos Estados Unidos e em outros estados da América. No Brasil temos um sério problema com a falta de reconhecimento do caráter nacional às comunidades indígenas, que defendem o seu território e até aspiram a formar uma unidade dentro da Federação. Vê-se, assim, uma contradição entre a tendência à formação de grupos de estados em uniões e comunidades, como a européia e a CEI, ao mesmo tempo em que os bascos, os croatas, os bretões, os corsos, lutam com maior ou menor intensidade por autonomia ou mesmo independência.

Além das divergências étnicas, que fazem renascer velha polêmica sobre a questão nacional e, com menos intensidade, sobre a questão regional, ainda existem problemas criados por divergências de línguas - caso da Bélgica -, de religião - caso da Irlanda e do continente indiano - e de tradições históricas e culturais. As divergências entre croatas e sérvios derivam sobretudo de

divergências religiosas - católicos os primeiros e ortodoxos os segundos - e culturais, como o uso do alfabeto latino pelos croatas e do cirílico pelos sérvios. Todos esses problemas trazem, naturalmente, uma recuperação de interesse e de prestígio para a Geografia política e para a Geopolítica, como também para a Geografia linguística e a das religiões; por uma Geografia cultural, como preferem chamar os alemães. O prestígio mantido pela religião, que sobrevive às questões políticas e se recupera sempre que há uma ruptura no sistema de forças é evidente no momento histórico em que o Islam se torna uma ideologia capaz de mobilizar vários países e em que a ortodoxia volta a ter grande influência na Federação Russa.

Todas essas evidências levam a que se estude e se reflita sobre o papel desempenhado pelas idéias religiosas, ligadas à tradição, sobre a unificação ou a ruptura de unidades territoriais e políticas no momento em que se vive. Elas também põem em choque idéias de divisão dos estados em grupos, como até os anos Oitenta se aceitou como o do Primeiro, do Segundo e do Terceiro Mundo e hoje se procura consolidar a de dividir entre países ricos, do Norte, e pobres, do Sul. Na verdade, as diferenças de níveis de riqueza criam conjuntos que não são bem uniformes e hoje, apesar do desaparecimento do socialismo real, vê-se que a Pax Americana não está muito sólida e que a superfície da Terra pode ser dividida em áreas de influência como a Americana, a Européia e a Japonesa, ficando-se ainda sem poder emitir opinião sobre o destino da ex-União Soviética, que pode se aglutinar em torno da Rússia ou ser dividida em áreas de influência dos três grupos citados, ou de outros em formação.

A complexidade do problema ligado à gestão do espaço e ao gerenciamento do território é de tal monta que o geógrafo fica com dificuldade para fazer previsões, devido à rapidez do processo e às características que dominam em cada grupo. Daí a necessidade de se aceitar uma grande liberdade para o geógrafo fazer as suas previsões e as suas caracterizações. Já se disse que "tudo que é sólido se desmancha no ar" (17).

3 . A SOCIEDADE A SER INTERPRETADA

Ao se analisar o processo de organização do espaço pela sociedade, a grande dificuldade é

entender que a sociedade é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Assim, ela destrói a natureza primitiva, dentro de condições possibilitadas pela natureza mas, ao mesmo tempo, a natureza primitiva se reconstitui em forma de uma segunda natureza, diferente da primeira. E a sociedade, ao mesmo tempo em que constrói, dialeticamente destrói e se prepara para uma nova reconstrução dentro de determinados objetivos que não serão integralmente atingidos de vez que, à proporção que se processa a transformação, os objetivos vão também se modificando.

Dentro da visão geográfica, a sociedade não é encarada em função apenas das relações sociais entre classes e grupos, mas também em sua integração à natureza. Daí ser necessário que o geógrafo esteja atento a problemas ligados à posição geográfica, ao relevo, ao clima, à hidrografia e à vegetação e, ao mesmo tempo, não deixe de se aperceber dos problemas sociais e econômicos ligados à população, à divisão da mesma em classes sociais, em grupos religiosos, em ideologias e sistemas políticos, em nível de cultura e em identificação histórica. Os fatos físico-naturais e os sócio-econômicos devem ser encarados de forma integrada, para que não se caia em áreas de outras ciências naturais ou sociais. O homem, para o geógrafo, não é apenas o habitante, mas o produtor, o consumidor, é o membro de uma classe social ligado a uma igreja e/ou a um partido político. E nesse esforço para atingir uma visão da totalidade, necessita o geógrafo não só de utilizar sua capacidade de observação e de reflexão como também de uma série de técnicas novas que facilitam o conhecimento da realidade. Deve, porém, sempre utilizando a filosofia da Praxis, procurar compreender o concreto para chegar ao abstrato e não formar idéias abstratas para enquadrar, nas mesmas, o concreto.

Uma posição idealista diante do estudo geográfico vai levar o estudioso a tomar posições inteiramente alienadas, no sentido marxista da expressão, e tornar a Geografia mero deleite intelectual sem nenhuma autenticidade e sem contribuição a dar aos problemas políticos e sociais que a afligem.

4. GEOGRAFIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

Observa-se, nesta última década do século, um renascimento do interesse pela Geografia-

política e pela Geo-política. O fato é natural de vez que o Estado, em qualquer sistema econômico, passou a ter uma grande influência na sociedade, ora agindo como agente econômico, ora como guarda-costas dos grupos econômicos. Observa-se também que o poder dos estados, mesmo quando estes parecem sólidos, pode desmoronar rapidamente, da mesma forma que o poder dos grupos dominantes dentro do Estado também é instável. Como não se pode fazer uma drástica transferência de populações de um território para outro, ocorre que mesmo as revoluções mais radicais não conseguem fazer totalmente a transformação da sociedade e a implantação dos seus objetivos. A elas segue-se um período de reajustamento onde resíduos da sociedade "destruída" se aglutinam e, ao encontrarem a primeira rutura, passam a conquistar espaços. Assim, nem a velha ordem é totalmente destruída nem a nova ordem é inteiramente instaurada.

Do ponto de vista geo-político, observa-se que os impérios mais poderosos e extensos tendem a se desintegrar e a ser destruídos, mas que deles restam resíduos que dificilmente desaparecem. Por exemplo, a dissolução do Império Britânico não detruiu totalmente as ligações da Inglaterra com os países dela dependentes, da mesma forma que a destruição do Império Francês não destruiu as ligações maiores da França com os países francófonos. A independência dos países novos é muitas vezes bem atenuada, embora se saiba que o problema da soberania atinge também as chamadas grandes potências. Os Estados Unidos mantêm praticamente um sistema colonial em grande parte da América Latina e do Caribe, embora se saiba que a maioria dos países existentes nessa área é formalmente independente.

Deve-se também levar em consideração que a destruição dos impérios tanto pode ser determinada por fatores exógenos como endógenos, sobretudo porque o excesso de concentração do poder central prejudica a periferia, cria desigualdades e leva os povos periféricos a almejam a autonomia e a independência. Por isso mesmo, um sistema de confederação que concede uma maior autonomia às partes frente ao todo é muito mais sólido do que uma simples federação ou um Estado unitário. Como a Federação Russa poderá se manter unificada se dentro de suas fronteiras vivem mais de cem nacionalidades diferentes, que muitas vezes se hostilizam? Bem

mais equilibrada é a unidade do Canadá e da Austrália, onde as províncias gozam de grande autonomia, cultivam as suas diferenças sem comprometer as semelhanças. No caso brasileiro, que em seus quinhentos anos de história vem oscilando entre descentralização e centralização, pode-se admitir que a tendência ideal seria caminhar para uma descentralização que desse aos estados uma maior autonomia ou mesmo para uma redivisão político-territorial, que criasse novos estados em áreas bem povoadas e territórios em áreas de ocupação. Poder-se-á também atenuar a centralização concedendo-se tanto maior autonomia aos estados como dividindo-os em unidades menores, que poderiam ser denominadas regiões, províncias ou departamentos, e estes divididos em municípios. A hierarquia ficaria assim constituída: a Federação ou Confederação dividida em estados, estes em regiões, províncias ou departamentos e, finalmente, estes em municípios. A dispersão de poder contribuiria para o equilíbrio da descentralização.

Essas observações são feitas a partir dos acontecimentos que tumultuam a organização territorial da superfície da Terra, demonstrando que Fukiama estava errado ao pregar o fim da História (18). Ao contrário, ela recrudescer e cada vez se torna mais viva, face ao jogo de interesses, que põe em risco tanto as fronteiras políticas como a existência dos estados, como ainda a organização dos mesmos. Organização que se torna contestada tanto no plano horizontal, quando áreas de um estado ou de um país lutam para se desmembrar, quanto do ponto de vista vertical, quando grupos sociais e classes disputam a posse do poder. E, aí, o conhecimento geográfico não está isolado, mas interpenetrado pelos ensinamentos de várias outras ciências, separadas da Geografia apenas por convenções, de vez que a Ciência é uma só e a divisão de áreas científicas deve ser encarada apenas como uma forma de permitir especializações.

- (1) MORAIS, Antonio Carlos Robert (Org.) Ratzel. Introdução. São Paulo, Ática, 1990.
- (2) Blache, Vidal de la - Princípios de Geografia Humana. Lisboa, Cosmes, s/d.
- (3) ANDRADE, Manuel Correia de - (Org.) Elisée Reclus. Introdução. São Paulo, Ática, 1985.
- (4) A Revolução Proletária e o Renegado Kaustky. São Paulo. Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.
- (5) A Ditadura do Proletariado. São Paulo. Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.
- (6) CASTRO, Paulo de - Rosa de Luxemburgo. Socialismo e Liberdade. Rio de Janeiro. Forum Editora, 1968.
- (7) Dialética da Natureza. São Paulo. Flama, 1946.
- (8) GRAMSCI, Antonio - A Questão meridional. São Paulo. Paz e Terra, 1987; Maquiavel, A Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968 e Poder, Política e Partido. São Paulo. Brasiliense, 1990.
- (9) Sobre a problemática da Amazônia a bibliografia é muito rica, podendo-se destacar livros como os de PINTO, Lucio Flávio - Amazonas no Rastro do Saque. São Paulo. HUCITEC, 1980 e VALVERDE, Orlando - Grande Carajás. Planejamento de Destruição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1989.
- (10) HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do Espírito, 2 vol. Petrópolis. Vozes, 1992 e BOBBIO, Norberto - Estudos sobre Hegel. São Paulo. UNESP/Brasiliense, 1989.
- (11) Nouvelle Geographie Universelle, 19 volumes. Paris. Hauchette 1876 e 1891.
- (12) L'homme et la terre. 6 volumes. Paris. Librairie Universelle 1905 a 1908.
- (13) A Identidade da França, 3 vol. São Paulo. Editora Globo, 1989/91.
- (14) Pionniers et Planteurs de São Paulo. Paris. Armond Colin, 1962.
- (15) Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo. Martins, 1943.
- (16) Casa Grande & Senzala. 4ª Edição. Rio de Janeiro. José Olympio, 1944.
- (17) Título do ensaio de Marshall Berman. A Aventura de Modernidade. São Paulo. Companhia das Letras, 1986.
- (18) FUKIAMA, Francis - El Final de la História? Estudos Latino-Americanos, Ano 8, nº2. Tijuana, México. Instituto de Investigaciones Culturales Latino Americano (IICLA), 1991.